

# A invisibilidade da mãe surda no contexto da educação inclusiva: resgatando o protagonismo materno no espaço escolar

---

*Lorena Sousa dos Santos<sup>1</sup>*

*Sara Moitinho da Silva<sup>2</sup>*

## Resumo

Este artigo apresenta um relato de experiência profissional vivenciado no exercício da função de intérprete de Libras em uma escola pública, localizada no município de Nova Iguaçu. A reflexão possui caráter teórico e empírico e tem como foco o protagonismo da mãe surda, frequentemente invisibilizado por fatores de ordem familiar, social e institucional. O texto busca evidenciar o direito e a importância da participação ativa dessa mãe no acompanhamento do processo de escolarização de seus filhos. Observa-se que a escola desempenha papel fundamental no fortalecimento desse protagonismo, configurando-se como espaço estratégico para a promoção da inclusão, do diálogo e da equidade, contribuindo para a construção de uma sociedade mais justa e democrática.

Palavras-chave: mãe surda; educação inclusiva; protagonismo; equidade.

---

<sup>1</sup> Mestranda em Educação Bilíngue no Instituto Nacional de Educação de Surdos (INES). Pedagoga formada pelo Instituto Nacional de Educação de Surdos (INES). E-mail: lorenasousa@aluno.ines.gov.br.

<sup>2</sup> Doutora em Educação pela Universidade de São Paulo (2016). Professora do Programa de Pós-graduação do Mestrado Profissional Bilíngue do INES - PPGE - e Professora do Departamento de Ensino Superior do Instituto Nacional de Educação de Surdos do Curso de Pedagogia Bilíngue. E-mail: saramoitinho@ines.gov.br .

## Abstract

This article presents an account of professional experience as a Libras interpreter in a public school located in the municipality of Nova Iguaçu. This reflection combines theoretical and empirical perspectives, focusing on the agency of the deaf mother, who is often rendered invisible due to family, social, and institutional factors. The text seeks to highlight both the right and the importance of this mother's active participation in monitoring her children's schooling process. The school plays a fundamental role in strengthening this agency, establishing itself as a strategic space for promoting inclusion, dialogue, and equity, thereby contributing to the construction of a more just and democratic society.

Keywords: Deaf mother; Inclusive education; Agency; Equity.



**LEIA EM LIBRAS ACESSANDO O  
QR CODE AO LADO OU O LINK:**

<https://youtu.be/-gIydq8D1bY>



## INTRODUÇÃO

O conceito de educação inclusiva fundamenta-se na construção de uma escola que contemple a diversidade educacional de todos os estudantes, assegurando a formação de cidadãos ativos nos diferentes contextos em que atuam, inclusive no espaço escolar. Nessa perspectiva, a educação inclusiva passa a constituir elemento propulsor para a construção de escolas e de uma sociedade mais justa e equitativa.

Nascimento (2014) ressalta que, apesar dos avanços no campo educacional, muitas escolas ainda não garantem uma educação de qualidade, na medida em que adotam práticas pedagógicas mais excludentes do que inclusivas. Observa-se que grande parte das instituições de ensino carece de condições estruturais e didático-pedagógicas adequadas para atender, de forma equitativa, a todas as crianças, o que contribui para sua marginalização no processo educacional. Diante desse cenário, evidencia-se a necessidade de transformação dessas instituições, processo que demanda o engajamento coletivo dos sujeitos, da sociedade como um todo e, de maneira significativa, da família.

No Brasil, a inclusão educacional constitui-se como um direito fundamen-

tal, assegurado pela Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Lei nº 13.146/2015), cujo objetivo é garantir igualdade de oportunidades, a acessibilidade e a eliminação de barreiras que dificultem o pleno exercício dos direitos civis e sociais, incluindo o direito à educação. Em consonância com essa legislação, políticas públicas como a Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva, bem como instrumentos normativos mais recentes, a exemplo do Decreto nº 12.686/2025, estabelecem diretrizes para o enfrentamento do capacitismo no ambiente escolar. Tais diretrizes contemplam inúmeras ações, o fortalecimento do Atendimento Educacional Especializado (AEE), a disponibilização de tecnologias assistivas, a implementação de medidas de acessibilidade e a promoção da participação ativa das famílias no processo educativo.

A implementação de uma educação inclusiva não se configura como um processo simples pois envolve o enfrentamento e a superação de múltiplos desafios, os quais requerem o engajamento efetivo de todos os atores envolvidos no contexto educacional, considerando que a inclusão constitui uma responsabilidade coletiva.

É necessário assegurar o acesso e a permanência de todos no contexto escolar, incluindo os alunos com deficiência, bem como garantir condições de participação aos seus familiares, construindo os caminhos para transformar uma escola marcada por práticas excludentes e discriminatórias em uma instituição verdadeiramente inclusiva e acolhedora.

É necessário, ainda, direcionar a atenção às possibilidades de inclusão das pessoas com deficiência e de seus familiares, em detrimento de uma perspectiva centrada nas limitações. Nessa abordagem, a escola deve ser compreendida como um espaço acolhedor e promissor, voltado à construção de projetos de vida e de futuros possíveis. Nesse sentido, a instituição escolar assume papel fundamental na promoção de uma sociedade mais justa, equitativa e digna para todos. Conforme afirma Nascimento (2014, p. 13), “isso só será possível quando cada cidadão, cada um de nós, entendermos que o movimento pela inclusão não é algo que está distante; o movimento pela inclusão é algo que deve fazer parte do nosso cotidiano”.

O presente artigo tem como objetivo evidenciar o direito da mãe Surda de acompanhar o processo de escolarização de seu filho(a), bem como dar visibilidade ao processo de invisibilização que essa mulher frequentemente enfrenta na sociedade e, por vezes, no âmbito familiar, onde a surdez ainda é compreendida sob uma perspectiva patologizante.

O artigo está organizado em quatro seções. A primeira discute a educação inclusiva e seus múltiplos atores, que devem atuar de forma articulada para ga-

rantir que todos os alunos tenham seus direitos assegurados. A segunda apresenta o conceito de capacitismo e suas diversas manifestações, partindo do pressuposto de que o conhecimento constitui uma ferramenta fundamental para o enfrentamento da discriminação e da opressão sofridas por alunos que não se enquadram nos padrões socialmente estabelecidos, promovendo a desconstrução da ideia de homogeneidade e o reconhecimento da riqueza da diversidade humana. A terceira traz um breve relato acerca da invisibilidade da mulher surda, evidenciando tanto sua potência quanto a necessidade de desconstrução desse apagamento social, abordando ainda a privação social da responsabilidade materna e os mitos e estereótipos que precisam ser superados. Por fim, a quarta seção apresenta o relato de experiência intitulado “Temos uma CODA e não sabíamos”: impactos no ambiente escolar e reflexões para o aprimoramento de novas metas a serem construídas.

## A escola inclusiva e seus múltiplos atores

Historicamente, a educação constituiu-se como um privilégio restrito a determinados grupos sociais. Nesse contexto, a escola não se mostrava aberta à diversidade, tendo passado por diversas transformações de ordem social, política e pedagógica até alcançar o atual paradigma da educação inclusiva.

A educação inclusiva configura-se como um processo de transformação social orientado à construção de uma sociedade mais equitativa, no qual se promove a ampliação da participação de todos os estudantes no ensino regular. Essa concepção demanda a reorganização da cultura escolar, das práticas pedagógicas e das políticas institucionais, de modo a atender, de forma eficaz, à diversidade do corpo discente. Trata-se de uma abordagem de natureza humanística e democrática, que valoriza o sujeito em suas singularidades e tem como finalidade o desenvolvimento integral, a realização pessoal e a plena inserção social de todos os indivíduos.

A educação inclusiva pode ser definida como a prática da inclusão de todos – independentemente de seu talento, deficiência, origem socioeconômica ou cultural – em escolas e salas de aula provedoras, onde as necessidades desses alunos sejam satisfeitas (Stainback, 1999, p. 21).

Martins et al. (2008, p. 19) afirmam tratar-se de um “movimento que busca repensar a escola, para que deixe de ser a escola da homogeneidade e passe a ser a escola da heterogeneidade, para que a escola da discriminação dê lugar à escola aberta a todos”. Nesse prisma, Mantoan (2003, p. 19) acrescenta que o aspecto central da inclusão escolar reside no fato de que “todos os alunos, sem exceção,

devem frequentar as salas de aula do ensino regular”.

A escola configura-se como um espaço multicultural, marcado por ampla diversidade, no qual a escolarização obrigatória deve ser garantida a todos. Nesse contexto, congrega-se uma heterogeneidade de naturezas socioeconômica, cognitiva e emocional, o que exige a garantia do direito ao acesso, à permanência e à plena participação dos alunos nos processos de aprendizagem.

É fundamental compreender que a inclusão educacional não constitui responsabilidade exclusiva do professor especialista, mas demanda a atuação colaborativa de diferentes profissionais, os quais devem assumir, de forma corresponsável, seus papéis no processo educativo. Para tanto, torna-se indispensável a existência de uma gestão escolar democrática, capaz de fomentar o desenvolvimento de uma cultura inclusiva no interior da instituição.

O gestor escolar comprometido com a inclusão deve envolver toda a comunidade educativa (funcionários, professores, alunos e famílias) na construção de um ambiente acolhedor, participativo e promotor do sentimento de pertencimento. Esse compromisso precisa estar formalizado no Projeto Político-Pedagógico (PPP), documento que expressa a identidade da escola e orienta suas ações.

O PPP deve contemplar o planejamento de estratégias, a definição de recursos e o estabelecimento de objetivos voltados à garantia do acesso e, sobretudo, da permanência dos alunos com ênfase na construção efetiva da aprendizagem. Dessa forma, a inclusão deixa de ser apenas um propósito discursivo e passa a consolidar-se como uma prática institucionalizada.

Refletir sobre a heterogeneidade da comunidade escolar extrapola o espaço da sala de aula, exigindo a consideração das famílias que a compõem. Sob essa perspectiva, a instituição escolar deve estar preparada para acolher os familiares em suas singularidades. Quando houver responsáveis surdos, faz-se necessário que a escola assegure a acessibilidade linguística em suas comunicações oficiais e em reuniões institucionais, reconhecendo que a Língua Brasileira de Sinais (Libras) constitui a língua de comunicação e expressão da pessoa Surda.

Nesse prisma, cabe salientar que a parceria entre a escola e a família constitui um eixo central do processo educacional. Uma relação pautada no respeito mútuo e na confiança pode potencializar significativamente o desenvolvimento do aluno. Compete à escola acolher e orientar as famílias, que, em muitos casos, podem ter vivenciado experiências de exclusão ao longo de suas trajetórias.

Assim, é fundamental que a instituição escolar escute as famílias e suas expectativas, acolha suas angústias, valorize seus saberes e, sobretudo, as envolva de maneira ativa no planejamento e no acompanhamento do percurso educativo dos alunos.

## Capacitismo: a barreira invisível que promove a exclusão

Antes de qualquer reflexão, faz-se necessário delimitar o conceito de capacitismo. Trata-se de um sistema de crenças, atitudes e estruturas sociais que discriminam, inferiorizam e excluem pessoas que se afastam do padrão corporal e funcional socialmente estabelecido como “ideal”. O capacitismo configura-se como uma forma de opressão estrutural, manifestando-se tanto por meio de práticas explícitas quanto por atitudes sutis, muitas vezes naturalizadas e quase imperceptíveis. A partir disso, a pessoa com deficiência é frequentemente percebida como incapaz, improdutiva ou desprovida de valor social.

Historicamente, observa-se uma tendência à normalização do corpo considerado padrão e do funcionamento tido como ideal, fortemente influenciada pela perspectiva médica da deficiência. Sob essa ótica, a pessoa com deficiência é compreendida como portadora de um desvio que necessita ser corrigido, tratado, protegido ou segregado do convívio social. Nas sociedades antigas, indivíduos com deficiência eram frequentemente excluídos ou eliminados. Já na modernidade, consolidou-se o modelo médico, que concebia a deficiência como um problema inerente ao indivíduo, desconsiderando o papel das barreiras sociais e, conseqüentemente, desresponsabilizando o Estado e a sociedade.

A partir do século XX, com o fortalecimento dos movimentos sociais em defesa dos direitos das pessoas com deficiência, emerge o modelo social da deficiência, que promove uma ruptura significativa com as concepções anteriores. Esse modelo compreende que a deficiência não reside exclusivamente no corpo, mas resulta da interação entre as características corporais dos indivíduos e as barreiras físicas, sociais, comunicacionais e atitudinais presentes no ambiente.

Campbell (2001) afirma que o capacitismo reproduz crenças, processos e práticas que normatizam um determinado padrão corporal como perfeito, desconsiderando a diversidade das corporeidades humanas.

Vale destacar que o capacitismo configura-se como uma construção cultural que associa a deficiência a noções de tragédia, punição ou caridade, além de estabelecer um paradoxo entre o corpo idealizado e o corpo considerado deficiente, centrando-se naquilo que é percebido como ausência, déficit ou limitação.

Existem diferentes formas de manifestação do capacitismo, que se expressam em distintos níveis da vida social. O capacitismo estrutural refere-se, por exemplo, à ausência de acessibilidade arquitetônica, à adoção de currículos inflexíveis e à escassez de recursos materiais e pedagógicos, fatores que impedem a participação plena das pessoas com deficiência nos diversos espaços sociais.

O capacitismo institucional manifesta-se por meio de políticas, normas e prá-

ticas presentes em instituições educacionais, laborais e governamentais que, direta ou indiretamente, dificultam a garantia de direitos e oportunidades às pessoas com deficiência, favorecendo indivíduos sem deficiência. Vale destacar que, a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência define como discriminação:

Toda forma de distinção, restrição ou exclusão, por ação ou omissão, que tenha o propósito ou o efeito de prejudicar, impedir ou anular o reconhecimento ou o exercício dos direitos e das liberdades fundamentais da pessoa com deficiência, incluindo a recusa de adaptações razoáveis e de fornecimento de tecnologias assistivas (Brasil, 2015, art. 4º, §1º).

Já o capacitismo interpessoal ocorre nas interações cotidianas, por meio de comportamentos, comentários e atitudes que reforçam estereótipos e preconceitos, como expressões paternalistas ou depreciativas, a exemplo de falas que reduzem a pessoa à sua deficiência.

O capacitismo recreativo ou midiático evidencia-se nas representações veiculadas por meios de comunicação e produções culturais, que frequentemente retratam pessoas com deficiência como frágeis, eternas crianças ou seres extraordinários, reforçando visões distorcidas e estigmatizantes.

Por fim, o capacitismo benevolente caracteriza-se por atitudes aparentemente positivas, baseadas na piedade ou na superproteção, que acabam por restringir a autonomia das pessoas com deficiência, impedindo-as de tomar decisões sobre suas próprias vidas.

No âmbito educacional, o capacitismo manifesta-se por meio de diversas barreiras que comprometem o acesso, a permanência e a aprendizagem dos estudantes com deficiência. As barreiras atitudinais dizem respeito a crenças e posturas que desvalorizam o potencial do aluno, como a ideia de que sua presença prejudica o andamento da turma ou de que, caso não compreenda os conteúdos ou não interaja conforme o esperado, não necessita permanecer em sala de aula.

As barreiras pedagógicas relacionam-se à adoção de práticas educativas inflexíveis, tais como currículos rígidos, atividades padronizadas, métodos de ensino tradicionais e processos avaliativos homogêneos, que desconsideram a diversidade de ritmos, estilos e necessidades de aprendizagem.

As barreiras comunicacionais evidenciam-se na ausência de recursos e estratégias de acessibilidade, como a Língua Brasileira de Sinais (Libras), o sistema braille, a comunicação alternativa e ampliada, legendas, audiodescrição, entre outros meios que garantem o acesso à informação e à interação.

Já as barreiras arquitetônicas referem-se às inadequações físicas dos espaços escolares, incluindo salas inacessíveis, ausência de banheiros adaptados, falta de piso tátil e ambientes reduzidos ou mal planejados, que dificultam ou impedem

a circulação e o uso autônomo dos espaços.

É fundamental compreender as diferentes formas pelas quais o capacitismo se manifesta, uma vez que tais práticas reforçam desigualdades e negam o direito à aprendizagem das pessoas com deficiência. Nesse contexto, a educação inclusiva configura-se como um potente instrumento no enfrentamento do capacitismo e na promoção da equidade, ao reconhecer a responsabilidade de educar para a autonomia, oferecendo os apoios necessários sem, contudo, suprimi-la.

A escola, enquanto espaço formativo e social, deve constituir-se como um ambiente em que as diferenças sejam reconhecidas como fonte de enriquecimento coletivo e como oportunidade para o conhecimento, a valorização e o respeito à diversidade humana.

## **A invisibilidade da mulher Surda na sociedade**

Ao longo de muitos anos, as mulheres Surdas foram historicamente invisibilizadas, restritas ao espaço doméstico e privadas do acesso à escolarização, sendo compreendidas sob uma perspectiva machista e capacitista que as desqualificava como sujeitos capazes de tomar decisões e de exercer protagonismo sobre suas próprias trajetórias de vida.

Assim, o protagonismo dessas mulheres foi sistematicamente negado, mantendo-as privadas de liberdade e de acesso ao conhecimento. Ainda na contemporaneidade, persiste um olhar social estigmatizado que as percebe como sujeitos vulneráveis, o que resulta, muitas vezes, em práticas de infantilização e de deslegitimação de sua autonomia.

De modo geral, a sociedade tende a enxergar as mulheres surdas como incapazes ou desprovidas de conhecimento, no sentido equivocado de ignorância. Contudo, é fundamental salientar que o fato de não ouvirem não as torna inferiores, tampouco implica prejuízos cognitivos ou intelectuais. A mulher Surda possui plenas condições de executar as mais diversas atividades sociais que lhe sejam atribuídas, como ler, escrever, dirigir e se comunicar, podendo, portanto, ter uma vida plenamente autônoma. Com o advento das tecnologias, diversos recursos têm sido utilizados para promover o acesso da comunidade Surda à informação, tais como legendas, janelas de Libras com intérpretes em canais de comunicação e no cinema, possibilitando o usufruto dos conteúdos de forma acessível (Guerretta, 2023, p. 65).

Cabe destacar que, com a promulgação da Lei nº 10.436/2002, que reconhece a Língua Brasileira de Sinais (Libras) como meio legal de comunicação e expressão da comunidade Surda, bem como do Decreto nº 5.626/2005, que a regu-

lamentada e estabelece outras providências, o direito à acessibilidade linguística encontra-se legalmente assegurado. Conforme dispõe a referida lei:

Art. 1º. É reconhecida como meio legal de comunicação e expressão a Língua Brasileira de Sinais – Libras e outros recursos de expressão a ela associados. Parágrafo único. Entende-se como Língua Brasileira de Sinais – Libras a forma de comunicação e expressão, em que o sistema linguístico de natureza visual-motora, com estrutura gramatical própria, constitui um sistema linguístico de transmissão de ideias e fatos, oriundos de comunidades de pessoas surdas do Brasil. (Lei 10.436 de 2002).

Nesse sentido, não se sustenta mais um discurso reducionista que deslegitime as capacidades da mulher Surda. Assim, “quando mulheres Surdas se levantam e passam a ser protagonistas de suas histórias, elas têm suas mãos para sinalizar, têm seus olhos para ver, têm seus corações que pulsam para lutar e unir suas dores em um grande movimento” (Guerretta, 2023, p. 34).

Torna-se urgente compreender e implementar práticas que efetivamente concretizem os direitos à inclusão e à acessibilidade assegurados legalmente, não havendo mais espaço para posturas que negligenciem as diferenças existentes na sociedade e no contexto escolar. Nesse sentido, a educação multicultural contribui para a promoção de um ambiente educacional inclusivo e equitativo.

## **A privação social da responsabilidade materna: estereótipos e mitos que precisam ser superados**

Diversas pesquisas sobre maternidade evidenciam a importância do apoio social na promoção da saúde materna e infantil. Aspectos subjetivos da mãe, como fatores culturais, exercem influência significativa na qualidade da relação mãe-bebê e no desenvolvimento biopsicossocial de ambos (Witkoski, 2017). Ademais, a literatura aponta associação entre condições adversas da saúde materna e o aumento de fatores de risco para o desenvolvimento infantil (Majorano et al., 2019).

É pertinente refletir que, quando uma criança Surda nasce em uma família ouvinte ou, de modo análogo, uma criança ouvinte nasce em uma família Surda, pode ocorrer um descompasso entre as expectativas prévias acerca do bebê e a realidade vivenciada pela família. Essa frustração inicial pode desencadear distanciamento afetivo e emocional, potencializando sentimentos de angústia nas mães em relação ao filho ou à filha, bem como acentuando inseguranças e representações negativas sobre a surdez (Wanderley, 2019). Tal fenômeno dialoga com a perspectiva teórica de Badinter (1985), que, em *O mito do amor materno*, argumenta que sentimentos de ambivalência em relação ao filho são intrínsecos

ao processo da maternidade — independentemente da presença de necessidades específicas na criança — e frequentemente silenciados por uma ideologia que pressupõe o amor materno como automático e inquestionável.

No contexto da maternidade Surda, essas dinâmicas podem ser agravadas por atitudes capacitistas, que operam por meio da desvalorização do potencial materno e da subestimação da competência das mães Surdas. Tais práticas sociais e atitudinais promovem formas de apagamento e desresponsabilização, configurando preconceito velado que se manifesta, inclusive, nas relações de cuidado e nas interações com os serviços educacionais e de saúde.

Diversos mitos circulam socialmente acerca da surdez e da maternidade, tais como: a ideia de que a língua de sinais é apenas mímica; a pessoa Surda tem dificuldades de interação por não falar; de que deve obrigatoriamente oralizar; ou de que a comunicação deve ocorrer por meio da escrita em papel. Além disso, são recorrentes estereótipos e falas preconceituosas, como: “coitadinha, ela é muda e engravidou”; “como vai cuidar de uma criança se não ouve?”; “se o bebê chorar, ela não vai ouvir”; “como vai levar o bebê ao médico se não fala?”. Tais concepções geram insegurança e, frequentemente, levam familiares próximos como mães, sogras e pais a promoverem o apagamento da mãe Surda, desconsiderando seu potencial para exercer a maternidade de forma plena.

Harlan Lane (1994) afirma que “a língua dos Surdos é transmitida cada vez que uma mãe surda segura seu bebê em seu peito e sinaliza para ele”, ressaltando a centralidade da Libras na constituição dos vínculos afetivos e linguísticos.

Gesser (2009), ao questionar “Libras? Que língua é essa?”, apresenta e legitima a Língua Brasileira de Sinais, desconstruindo preconceitos arraigados na perspectiva médica e enfatizando a surdez como diferença, e não como deficiência a ser corrigida.

Arteiro (2017), apoiando-se em Badinter (1985), discorre que o vínculo afetivo entre mãe e filho requer tempo para ser construído, sendo necessário alinhar a ideia do bebê imaginado ao bebê real. Esse processo pode ser atravessado por uma “crise” de adaptação, intensificada pelo imaginário social de que a mulher, por ter gerado a criança, deveria possuir, de forma inata, todas as competências necessárias para cuidar do filho. Tal concepção nega a ambivalência própria da maternidade e impõe à mulher uma posição de onipotência.

Vale destacar que a maioria das mulheres Surdas é filha de mães ouvintes que, muitas vezes, não dominam a Libras, o que acarreta privação linguística no contexto familiar. Questões fundamentais ao longo da adolescência e da vida adulta deixam de ser dialogadas, o que impacta diretamente a construção de saberes necessários ao exercício da maternidade. Importa ressaltar que a limitação

não reside na surdez, mas nas fragilidades das relações decorrentes da ausência de acessibilidade linguística e social.

Corroborando esse cenário, ainda na rede pública, são escassos os programas voltados ao acompanhamento materno no período pós-parto. No caso das mães Surdas, essa fragilidade torna-se ainda mais evidente diante da ausência de acessibilidade linguística, apesar de a Libras ser reconhecida legalmente como língua de comunicação e expressão da comunidade Surda brasileira.

## **Temos uma aluna CODA e não sabíamos!**

Uma das alunas da instituição é CODA (*Child of Deaf Adults*), termo empregado pela Organização Internacional CODA para designar crianças filhas de pais Surdos. Contudo, durante um período prolongado, a instituição escolar não tinha conhecimento dessa condição, uma vez que a avó materna foi a responsável pela efetivação da matrícula e pela mediação das demandas institucionais, participando, inclusive, das reuniões destinadas aos pais ou responsáveis.

No ano de 2025, a avó da aluna sofreu um acidente que resultou na fratura do fêmur, circunstância que levou a mãe Surda a assumir a condução diária da estudante à escola. Em uma situação de conflito escolar que demandou o comparecimento da responsável, a instituição tomou conhecimento de que se tratava de uma mãe surda. Diante desse contexto, a intérprete de Libras atuou como mediadora comunicacional, promovendo a interlocução entre a mãe e a equipe gestora, bem como informando-a acerca da reunião de responsáveis que ocorreria na semana seguinte.

No dia da reunião, pela primeira vez, a mãe Surda esteve presente e, ao encontrar a intérprete de Libras, demonstrou expressões evidentes de satisfação e acolhimento. Tornou-se perceptível o impacto positivo de sua presença naquele espaço, agora mediada por condições adequadas de acessibilidade linguística, o que lhe assegurava o exercício de seu direito enquanto cidadã surda brasileira.

A partir desse momento, a mãe passou a participar regularmente das reuniões escolares, a realizar a renovação da matrícula, acompanhar os resultados finais e assumir todas as etapas do processo de escolarização de sua filha, experienciando, de maneira efetiva, as responsabilidades maternas que, anteriormente, lhe haviam sido subtraídas.

Nesse contexto, a equipe diretiva e o setor de orientação pedagógica da escola, pautados em uma perspectiva de trabalho colaborativo e democrático, empenham-se continuamente em manter a mãe Surda informada acerca dos acontecimentos escolares, tais como reuniões, calendário avaliativo e desempenho

acadêmico de sua filha. Ademais, a escola passou a refletir sobre a necessidade de se reinventar a fim de acolher a diversidade, compreendendo que tal postura deve se estender a todos os atores que compõem a comunidade escolar.

Cabe, portanto, refletir sobre a centralidade da acessibilidade comunicacional, reconhecendo que a deficiência não reside no corpo do indivíduo, mas nas práticas sociais capacitistas que impõem barreiras ao ambiente e comprometem a participação plena dos sujeitos envolvidos no processo educacional.

Imagem 1: Intérprete de Libras, atuando na reunião de pais  
Fonte: arquivo pessoal.



## Impactos no ambiente escolar

A partir da visibilidade da mãe Surda e da garantia de seu direito linguístico, tornou-se possível sua participação efetiva nas reuniões de responsáveis e sua inserção no ambiente escolar no qual sua filha está matriculada. Nesse contexto, emergiram ações pedagógicas significativas, entre as quais se destaca o projeto de ensino de Libras na Sala de Recursos, desenvolvido em parceria com a professora do Atendimento Educacional Especializado (AEE). Tal iniciativa foi motivada, inicialmente, pelo interesse de uma aluna com Transtorno do Espectro Autista (TEA).

Ademais, foram realizadas palestras em comemoração ao Setembro Azul junto às turmas do 7º (sétimo) ano, com enfoque na comunidade surda e nas famílias de CODAs, promovendo reflexões acerca do respeito à diversidade linguística e da necessidade de desconstrução de preconceitos.

Outrossim, delineou-se a idealização de um projeto a ser implementado no

ano de 2026, voltado ao ensino da Língua Brasileira de Sinais (Libras) como segunda língua (L2) para crianças ouvintes, no primeiro segmento do Ensino Fundamental. Parte-se do entendimento de que o acesso precoce a uma língua visual-gestual potencializa a formação de sujeitos mais conscientes, empáticos e inclusivos. Ressalta-se, ainda, que, em caso de futura matrícula de estudantes surdos na instituição, essas crianças ouvintes já disporão de possibilidades linguísticas que favoreçam a interação e a inclusão no ambiente escolar.

## Reflexões para continuidade e aprimoramento

Conforme mencionado anteriormente, diversas ações foram iniciadas no ano de 2025, tais como a oferta de oficinas de Libras, a realização de palestras temáticas e a garantia de acessibilidade linguística nas reuniões de responsáveis. A partir dessas iniciativas, pretende-se, no ano de 2026, ampliar e sistematizar os trabalhos desenvolvidos, com vistas à promoção de ações contínuas de conscientização e de respeito à pessoa surda.

Por meio das aulas de Libras, espera-se viabilizar o desenvolvimento de atividades pedagógicas diversificadas, cujos resultados poderão ser socializados nos corredores da escola, especialmente no mês de setembro, período que contempla datas de significativa relevância para a comunidade Surda. Dessa forma, objetiva-se proporcionar à maioria dos estudantes o acesso a conhecimentos básicos sobre o ser Surdo e sobre a Libras, favorecendo, conseqüentemente, a reflexão crítica e a possível desconstrução de preconceitos historicamente arraigados.

Pretende-se, ainda, promover palestras durante o mês do Setembro Azul, com foco especial nas turmas do 9º (nono) ano do Ensino Fundamental, considerando que esses alunos se encontram em processo de transição para instituições que ofertam o Ensino Médio. Busca-se, assim, plantar uma semente de conscientização que possa germinar ao longo de sua trajetória educacional, sustentada na convicção de que a educação exerce um papel fundamental na transformação social.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

Observa-se que a realidade vivenciada por muitos estudantes, especialmente aqueles que demandam apoio educacional e social especializado, ainda é marcada por inúmeros desafios. Conforme aponta a UNESCO (2020), a efetivação de grande parte dos objetivos da educação inclusiva permanece complexa no contexto educacional contemporâneo. Essa reflexão pode ser ampliada para o atendimento às mães Surdas ou a outros familiares Surdos de estudantes CODAs,

uma vez que, infelizmente, ainda há significativa ausência de acessibilidade em diversos espaços sociais, inclusive no ambiente escolar.

Em muitos casos, famílias ouvintes tendem a intervir e a assumir decisões em nome da pessoa Surda. No caso específico das mães Surdas, observa-se com frequência que avós ou outros familiares acabam por substituir o papel materno em questões de ordem social e educacional, sob a justificativa de que a mãe Surda não possuiria condições adequadas de comunicação ou de compreensão das demandas institucionais.

Com base nas discussões apresentadas ao longo deste trabalho, conclui-se que é urgente assegurar às mães Surdas um lugar de protagonismo no acompanhamento da escolarização de seus filhos, de forma digna, autônoma e equitativa. Tal garantia pressupõe o reconhecimento e a superação das barreiras comunicacionais e atitudinais que historicamente limitam sua participação efetiva nos processos decisórios e nas práticas educativas.

A literatura aponta que mães Surdas frequentemente enfrentam obstáculos para se envolver na vida escolar de seus filhos, em grande medida em razão da forma tradicionalmente estruturada da relação entre família e escola, que restringe a comunicação e dificulta o acesso às informações e às decisões pedagógicas que lhes dizem respeito diretamente. Nesse sentido, adequações nas práticas de interação entre família e escola como a garantia de acessibilidade por meio de intérpretes de Libras e a formação de profissionais da educação nessa língua — são condições fundamentais para que esse direito seja efetivamente assegurado. Ressalta-se, ainda, que quanto maior for o número de profissionais da instituição que dominem, ao menos, noções básicas de Libras para cumprimentos e interações iniciais, maior será o sentimento de acolhimento e pertencimento da mãe surda ao espaço escolar, favorecendo sua participação ativa no cotidiano educativo.

Embora possa parecer evidente, torna-se imprescindível reafirmar a necessidade de superar a visão patológica da surdez, que a reduz a uma condição de perda ou deficiência a ser corrigida, em favor de uma compreensão que a reconheça como diferença linguística e cultural. A literatura contemporânea destaca que a surdez não deve ser compreendida apenas sob a ótica biomédica, mas como uma forma legítima de estar no mundo, caracterizada por uma língua natural, a Língua Brasileira de Sinais (Libras) e por práticas socioculturais próprias, que enriquecem a diversidade humana e tensionam concepções hegemônicas de normalidade.

Nesse prisma, compreende-se que a mulher Surda possui o direito de acessar informações de maneira equitativa àquela garantida às mulheres ouvintes. Toda-

via, o acesso à informação por parte da mulher Surda ainda se revela, em muitos contextos, precário e insuficiente, sobretudo em razão das barreiras comunicacionais e da ausência de reconhecimento pleno da Libras e da cultura Surda, o que compromete sua participação social, familiar e educacional.

## Referências

- ARTEIRO, Isabela Lemos. **A mulher e a maternidade: um exercício de reinvenção**. 2017. 264 f. Tese (Doutorado em Psicologia Clínica) – Universidade Católica de Pernambuco (UNICAP), Pernambuco, 2017.
- BADINTER, Elisabeth. **Um amor conquistado: o mito do amor materno**. Tradução de Waltensir Dutra. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1985.
- CAMPBELL, Fiona Kumari. **Inciting legal fictions: disability's date with ontology and the ableist body of the law**. *Griffith Law Review*, v. 10, n. 1, p. 42–62, 2001.
- GESSER, Audrei. **Libras? Que língua é essa?** São Paulo: Parábola Editorial, 2009.
- GUERRETTA, Clarissa L. B. F. **A (in)visibilidade das mulheres surdas: protagonismo na sociedade contemporânea**. 2023. 106 f. Dissertação (Mestrado em Ciência da Literatura) – Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), Rio de Janeiro, 2023.
- LANE, Harlan. **When the mind hears: a history of the deaf**. New York: Random House, 1984.
- MANTOAN, Maria Teresa Eglér. **Inclusão escolar: o que é? por quê? como fazer?** São Paulo: Moderna, 2003.
- MEC. Secretaria de Educação Especial (SEESP). **Lei nº 10.436, de 24 de abril de 2002. Dispõe sobre a Língua Brasileira de Sinais – Libras**.
- SKLIAR, Carlos. **A surdez: um olhar sobre as diferenças**. Porto Alegre: Mediação, 1998.
- STAINBACK, Susan; STAINBACK, William. **Inclusão: um guia para educadores**. Porto Alegre: Artmed, 1999.
- WANDERLEY, Paula Cristina Ferreira Gomes. **Vivência materna frente à surdez do filho sob a perspectiva do narcisismo na teoria psicanalítica**. 2019. Dissertação (Mestrado Profissional em Psicologia em Saúde) – Faculdade Pernambucana de Saúde, Pernambuco, 2019.
- WITKOSKI, Sílvia Andreia. **A interface entre a família e o direito ao ensino bilíngue para sujeitos surdos: rompendo oposições binárias**. Educação Temática Digital, Campinas, v. 19, n. 3, p. 882–900, jul./set. 2017.